

PODER

Quando descontração pode afetar a imagem

Postura de autoridades em festas desafia limites da liturgia do cargo e esquento debate sobre efeito dos flagrantes de relaxamento em tempos de redes sociais

» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNARDES*

O gole de uísque do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), no gargalo, em uma festa junina na Paraíba, viralizou em questão de horas. O gesto, registrado em vídeo e disseminado nas redes sociais, provocou uma avalanche de críticas, reacendendo o debate sobre os limites entre o lazer pessoal e a liturgia dos cargos públicos. Mesmo sendo uma tradição das festas de junho no Nordeste — desafia-se alguém a tomar um longo gole de uma bebida forte —, a cena durou segundos, mas o impacto político promete reverberar por mais tempo.

O caso de Motta não é isolado. Em fevereiro de 2024, o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), desfilou pela Beija-Flor — cujo patrono é o banqueiro de bicho Aniz Abraão David, o Anísio — na Marquês de Sapucaí, no carnaval carioca, em um enredo patrocinado por Maceió, sua cidade natal.

Os episódios envolvendo políticos em situações informais descontraídas evidenciam que, em tempos de comunicação digital, a linha entre o público e o privado tornou-se tênue. A busca por proximidade com o eleitor, quando mal calculada, pode, rapidamente, transformar-se em fator de desgaste. Embora a participação em eventos populares faça parte da vida social de qualquer figura pública, especialistas reforçam que é indispensável que os ocupantes de cargos eletivos compreendam o peso de suas ações. A liturgia dos cargos não se limita ao plenário ou aos gabinetes — acompanha o parlamentar em todos os espaços, inclusive nas redes sociais e em momentos de lazer.

O marqueteiro pernambucano Jurandir Miranda, especialista em campanhas eleitorais no Nordeste, destaca que a exposição nas redes amplia os efeitos de cada ação. “O que pode parecer um momento de descontração para Hugo Motta, se transforma, rapidamente, em um símbolo de descompromisso com as responsabilidades que seu cargo exige”, adverte.

Miranda ressalta que, em um cenário de crescente desconfiança pública, atitudes aparentemente banais podem piorar a imagem já ruim da representação política. “O risco de banalizar situações que deveriam ser tratadas com seriedade se torna evidente, especialmente em um cenário em que a confiança do público em seus líderes já está abalada”, lembra, chamando a atenção para o despojamento tomar-se um aspecto negativo.

“O que pode parecer um momento de descontração para Hugo Motta, se transforma, rapidamente, em um símbolo de

Reprodução/Redes sociais



Gole de uísque: desafio aceito por Motta, em festa junina na Paraíba, rendeu a ele críticas sobre falta de postura



O risco de banalizar situações que deveriam ser tratadas com seriedade se torna evidente, especialmente em um cenário em que a confiança nos líderes está abalada”

Jurandir Miranda,
marqueteiro político

descompromisso com as responsabilidades que seu cargo exige”, afirma.

Para Natalia Valle, especialista em media training e gestão de imagem e reputação, a era digital tem redefinido a maneira como os políticos se relacionam com o público, com impacto na liturgia dos cargos. “Casos como o do presidente da Câmara dos Deputados beber uísque no gargalo da garrafa são reflexos de uma era em que a busca não é mais só pela atenção. As pessoas querem alcançar a intimidade do outro, compartilhar do senso de pertencimento em comunidade”, afirma.

A especialista observa que essa exposição não é um simples desliz. Pode ser parte de uma estratégia calculada para criar identificação com públicos mais jovens ou distantes da política tradicional. Natália, no entanto, faz um alerta: “A estratégia pode até funcionar em um primeiro momento, mas é preciso ter muita atenção para não extrapolar os limites de um agente público”, alerta.



Casos como o do presidente da Câmara dos Deputados beber uísque no gargalo da garrafa são reflexos de uma era em que a busca não é mais só pela atenção”

Natalia Valle, especialista em construção de imagem

Gesto arriscado

Ela acrescenta que a viralização de vídeos em festas pode até ser usada como uma tentativa de aproximação com eleitores desinteressados pela política tradicional, mas adverte para os riscos. “Talvez, ao viralizar vídeos com esse tipo de comportamento, eles tenham percebido que podem ter uma aproximação da população que nunca teriam se seguissem à risca a formalidade que seus cargos exigem. A estratégia pode até funcionar em um primeiro momento, mas é preciso ter muita atenção para não extrapolar os limites éticos de um agente público”, alerta.

O cientista político Fábio Vasconcelos, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), avalia que a exposição de políticos em festas e eventos, como o caso de Hugo Motta, reflete um fenômeno mais amplo de transformação na comunicação política. Mas a busca por engajamento



Muitos políticos acreditam que a viralização é sempre boa, mas a verdade é que estão sujeitos ao escrutínio permanente e a críticas em larga escala”

Fábio Vasconcelos, cientista político

rápido traz efeitos colaterais.

“Muitos políticos acreditam que a viralização é sempre boa, mas a verdade é que estão sujeitos ao escrutínio permanente e a críticas em larga escala”, destaca e reforça que, no atual ambiente de comunicação digital, a exposição gera o dilema “ganho de visibilidade x risco de rejeição”.

Adriano Canuto, também especialista em marketing político, ressalta que há potenciais ganhos de imagem quando o político aparece como alguém acessível e “do povo”. “Participar de festas e eventos tradicionais mostra alinhamento com a cultura popular e pode humanizar a figura pública. O problema começa quando isso parece oportunismo ou falta de responsabilidade”, explica. Para ele, a chave está no equilíbrio entre autenticidade e sobriedade. “Ações espontâneas pagam o preço. Há uma linha tênue entre mostrar o lado humano e comprometer a reputação profissional”, observa.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Crise de hegemonia do governo Lula vai além do Congresso

O veterano deputado Rui Falcão (PT-SP) defende a tese de que o governo Lula está em disputa, porém, os aliados do Centrão não fazem questão de cargos e verbas — eles querem o poder. O sinal veio logo depois das eleições municipais, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ensaiou atrair para o governo os ex-presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que declinaram.

As eleições municipais revelaram que o governo perdera a hegemonia política. Hegemonia, a palavra-chave por trás da afirmação “governo em disputa”, fora entendida de cabeça para baixo. O conceito é associado ao controle do poder e exercício da força. Entretanto, não se tratava de cargos e verbas da Esplanada, mas da conquista de corações e mentes dos eleitores. Hegemonia depende do consentimento, é fruto da satisfação popular, de consensos sociais e requer liderança moral.

O campo de alianças do PT na Câmara está restrito a uns 130 deputados. A “cultura do rechaço” com que hegemonizou a esquerda deveria ter sido deixada de lado na chegada ao poder. A atuação petista na Câmara, em oposição ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, talvez seja o melhor exemplo.

No poder, Lula consolidou sua liderança popular com base na “economia do afeto”, a essência do “lulismo”, ao promover expressiva transferência de renda para a população de baixa renda. Para isso, escalou os programas de “focalização” do gasto público nos mais pobres, com destaque para o Bolsa Família, que hoje beneficia 53,8 milhões de pessoas. Entretanto, as políticas públicas são insuficientes na saúde, na educação e na segurança. E o identitarismo, muitas vezes, pauta prioridades.

Historicamente, o “capitalismo do compadrio” e o velho patrimonialismo caminham de mãos dadas, com transferência de renda do Estado para setores empresariais e corporações privilegiadas: 1% da população concentra renda superior à soma dos 50% mais pobres. Após 2002, para redistribuir renda, Lula havia se beneficiado da expansão da economia mundial; do impacto do Plano Real no consumo da população e do chamado “bônus demográfico”; o aumento da renda média das famílias, em decorrência da redução do número de filhos e das aposentadorias, pensões e benefícios de prestação continuada (BPCs).

Em resposta à crise mundial de 2008, porém, houve uma mudança de orientação econômica, calcada na forte expansão do gasto público e do crédito popular. A chamada “nova matriz econômica” viria a se consolidar no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. No segundo, porém, entrou em colapso, o que provocou inflação e impopularidade. Essa foi a causa de seu impeachment, ao lado da perda da bandeira da ética para a oposição.

Governabilidade

Não se fala de corda em casa de enforcado, mas vamos lá. O PT optou pela narrativa do golpe para lidar com esse fracasso, em vez de refletir sobre suas verdadeiras causas e encerrar de frente a crise de imagem, decorrente do escândalo de Petrobras. Dilma tentou resgatá-la com a famosa “faxina”, mas teve que enfiar a viola no saco. E a Operação Lava-Jato desconstruiu a identidade parlamentar tecida no combate à corrupção, sobretudo no impeachment de Fernando Collor de Mello, e que já havia sido abalada no Escândalo do Mensalão.

Sem subestimar a decisiva força eleitoral de Lula, bem como o enraizamento e a resiliência do PT, a vitória eleitoral de 2022 foi possível por causa da alta rejeição do ex-presidente Jair Bolsonaro, em grande parte decorrente do negacionismo na pandemia. Os votos das mulheres e dos nordestinos, e, no segundo turno, a reação dos setores centristas que viam a democracia ameaçada, trouxeram Lula de volta ao poder. Entretanto, isso não lhe deu a liderança moral da sociedade. Por quê?

Essa é a pergunta que desafia o governo Lula. A bandeira da ética permanece nas mãos da oposição. Esse resgate depende da realização de um governo sem escândalos. Por essa razão, as fraudes nos descontos de aposentados do INSS abalaram a popularidade do presidente, apesar de os indicadores de emprego e renda da economia serem positivos.

O Centrão farejou o animal ferido na floresta. A oposição bolsonarista foi para cima. O mercado não aceita financiar a “economia do afeto”. Lula ainda disputa a liderança moral com seu humanismo, porém, sua empatia com os mais pobres depende de resultados, da picanha e da cervejinha. O desequilíbrio fiscal embaralha tudo. A opção preferencial pelos mais pobres depende da economia e não da narrativa classista. Ideologia não enche a barriga. Patrimonialista, o Congresso pode colapsar a governabilidade. Lula está numa sinuca de bico e depende de um freio de arrumação do Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar uma grave crise institucional. Resultado: sua reeleição subiu no telhado.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Homem que debochou de Moraes pega 17 anos

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para condenar Fábio Alexandre de Oliveira — que foi filmado sentado na cadeira do ministro nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 — a 17 anos de pena. O mecânico aparece em vídeos sentando no local do ministro no Plenário da Corte gritando frases ofensivas, como: “Cadeira do Xandão aqui, ó! Aqui ó, vagabundo! Aqui é o povo que o povo que manda!”. A defesa diz que o acusado apenas exerceu seu direito de manifestação e que não há provas de materialidade e autoria dos crimes imputados.

Na gravação, Oliveira utiliza luvas, para dificultar sua identificação datiloscópica, e mantém uma máscara de proteção contra gases sobre suas pernas. Para o Ministério Público Federal (MPF), o uso dos equipamentos demonstra

“intenção e preparação para a prática de atos de que poderiam resultar em confronto com as forças de segurança pública que guarneciam os prédios invadidos”.

Moraes votou para condenar Oliveira à pena de 17 anos, sendo 15 anos e cinco meses de reclusão e um ano e seis meses de detenção, além de 100 dias de multa — cada um fixado no valor de um terço do salário mínimo. As penas foram aplicadas pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; tentativa de golpe de Estado; dano qualificado ao patrimônio público; deterioração do Patrimônio tombado; e associação criminosa armada.

Para o ministro, está comprovado pela investigação realizada pela Polícia Federal e pelas provas documentais e audiovisuais, que Oliveira participou “das manifestações antidemocráticas que

Reprodução/Redes sociais



Oliveira sentou-se na cadeira do ministro e fez vários xingamentos

antecederam os eventos de 8 de janeiro de 2023, aderindo ao intento golpista”. Nas alegações finais, apresentadas em março, a

defesa de Oliveira voltou a questionar a competência do STF para julgar o caso e alegou cerceamento de defesa.